

Covid-19, Desigualdades e Privilégios na Educação Profissional Brasileira

Hellen Vivian Moreira dos Anjos¹

Antônio Dimas Cardoso¹

¹Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros/MG – Brasil

RESUMO – Covid-19, Desigualdades e Privilégios na Educação Profissional Brasileira. Este artigo aborda a questão das desigualdades e dos privilégios entre estudantes da Educação Profissional brasileira no contexto da pandemia da Covid-19. O nosso objetivo é problematizar as dificuldades de acesso dos estudantes às aulas remotas ofertadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Levando em consideração esse contexto, este trabalho, à luz do conceito de Capital Cultural de Bourdieu e Passeron (2018), ao analisar dados recentes de um relatório técnico produzido pela Instituição, constata a persistência de uma estrutura educacional de reprodução das desigualdades sociais que também se estende dramaticamente para o ambiente virtual, reproduzindo formas de dominação e privilégios de classe.

Palavras-chave: **Educação Profissional. Desigualdades. Privilégios. Covid-19.**

ABSTRACT – COVID-19, Inequalities and Privileges in Brazilian Professional Education. This article addresses the issue of inequalities and privileges among Brazilian Professional Education students in the context of the COVID-19 pandemic. Our objective is to problematize the difficulties of students' access to remote classes offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology from the North of Minas Gerais – IFNMG. This study, in the light of Bourdieu and Passeron's concept of Cultural Capital (2018), when analyzing recent data from a technical report produced by the Institution, notes the persistence of an educational structure for reproducing social inequalities that also extends dramatically to the virtual environment, reproducing forms of domination and class privileges.

Keywords: **Professional Education. Inequalities. Privileges. COVID-19.**

Introdução

Este artigo trata do acesso às tecnologias educacionais no contexto da pandemia da Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus, com foco no problema das desigualdades sociais na Educação Profissional, considerando a excepcionalidade de um momento histórico marcado pelas crises sanitária, econômica e social sem precedentes no mundo contemporâneo. O nosso intuito é problematizar a situação de precariedade dos estudantes matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG –, condicionada pela crise ao ensino remoto, durante o período letivo de 2020. Informações oficiais de relatório técnico produzido pela própria instituição de Educação Profissional mostram que o precário acesso pelos estudantes às ferramentas tecnológicas, notadamente no ápice da pandemia, foi assimétrico, aflorando desigualdades e marginalização social.

O acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICS), como veremos neste estudo, está intimamente relacionado ao local de moradia, recebimento de assistência governamental, nível de escolaridade e atividades laborais. Assim, além de fragilizar os laços dos estudantes com a Educação Profissional, o problema da inacessibilidade às tecnologias digitais, que adquiriu relevo durante a crise sanitária provocada pela Covid-19, acabou por operar como mecanismo de reprodução de desigualdades sociais, na premência da incorporação do ambiente virtual como espaço remoto de estudo e aprendizagem. A nosso ver, o entendimento dessa questão é essencial para o planejamento da oferta de educação remota para estudantes da Educação Profissional.

Dados recentes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), apontam que 80% dos estudantes do mundo, ou seja, 1,37 bilhão de crianças e adolescentes estão sem aulas presenciais devido à pandemia (Unesco, 2020). O que se tem presenciado, nesse cenário, no que diz respeito à Educação, são instituições de ensino em todo o mundo na busca por soluções tecnológicas que amenizem os impactos de toda ordem na vida dos estudantes devido ao imperativo do distanciamento social. Enquanto cientistas e laboratórios atuam no desenvolvimento de pesquisas e produção em escala para a imunização da população mundial, os gestores públicos e as instituições de ensino seguem na busca de estratégias com vistas a diminuir as consequências nefastas dessa pandemia para a educação escolar.

Contudo, é importante pensar se a busca por condições, especialmente tecnológicas, de volta às aulas de forma remota também se configura como mais uma das inúmeras maneiras de exclusão que estudantes em situação de pobreza vivenciam todos os dias na escola. Em todas as circunstâncias, é preciso considerar as condições de vivência desses indivíduos, suas possibilidades e habilidades técnicas frente às tecnologias, acesso à internet e, em caso afirmativo, velocidade da conexão para que seja possível o acompanhamento das aulas por videoconferência. Além do contexto social vivenciado, torna-se imprescindível identificar as expectativas dos estudantes em relação aos estudos e apren-

dizagem durante o período de distanciamento social. Dessa forma, a busca por respostas dessa natureza é essencial para tentar diminuir as distâncias que separam os estudantes com maior *capital cultural* (Bourdieu; Passeron, 2018) daqueles que, historicamente, foram alijados de oportunidades educacionais alargadas.

O nosso objetivo é analisar as condições e expectativas dos estudantes de cursos presenciais do IFNMG frente aos estudos remotos ou a distância neste contexto de pandemia da Covid-19. Parte-se do pressuposto de que essa crise não atinge todos os estudantes matriculados nessa instituição de Educação Profissional na mesma proporção. Há uma assimetria nesse contexto emergencial, com ênfase para a inacessibilidade daqueles desprovidos de recursos tecnológicos básicos. No entanto, o que se verifica é que o problema material, de acesso às tecnologias educacionais, é associado à esfera dos bens simbólicos, que interfere nas expectativas e formas de participação dos estudantes. As formas de capital, como o capital cultural, podem ser discutidas considerando diferenças qualitativas no comportamento dos estudantes, à luz de nossa interpretação do relatório produzido pelo IFNMG. No caso, implicam a capacidade de os estudantes se distinguirem entre si e no *status* adquirido, e pela maior acessibilidade e facilidade de assimilação mesmo em condições sociais adversas, como ocorreu em período de distanciamento social. Isso cria uma situação de vantagem para uns, em prejuízo àqueles que ficaram para trás, durante a pandemia da Covid-19.

A partir da análise documental, procedemos o estudo do relatório confeccionado por profissionais do IFNMG de distintas áreas e apresentado aos seus onze campi localizados nas regiões norte e noroeste de Minas Gerais e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esse relatório trata das condições e expectativas dos discentes dos cursos presenciais do IFNMG para realização de atividades não presenciais mediadas por tecnologias. Assim, foi realizado um levantamento junto aos estudantes para, dentre outros fatores, identificar aqueles que não dispõem de equipamentos computacionais e acesso à internet. Procedida a análise dos dados construiu-se um relatório técnico que foi apresentado à comunidade escolar. Esse documento, segundo o IFNMG (2020b), circunda sobre as possibilidades dos estudantes quanto à disponibilidade e às condições técnicas, sociais, familiares e psicológicas para darem continuidade aos seus estudos na forma não presencial mediada por tecnologias de informação e comunicação.

Os resultados desta análise demonstram que, mesmo que se trate de uma instituição pública de ensino, existem assimetrias em relação às condições sociais, técnicas, familiares e psicológicas entre os estudantes, o que demonstra que, para alguns, dar continuidade aos seus estudos durante a pandemia configura-se como um sobre-esforço, sem poder usufruir das mesmas oportunidades e possibilidades dos demais providos de recursos tecnológicos básicos, como se fosse um problema de mérito individual e de desempenho escolar.

No âmbito da Educação Profissional, o capital cultural é entendido como forma de conhecimento técnico e escolar, que assegura vantagens àqueles detentores de melhores condições sociais. De acordo com Pacheco (2020), os Institutos Federais colaboram para a redução das desigualdades, por meio da oferta de uma educação pública, gratuita e de reconhecida qualidade, com itinerários formativos que possibilitam que as classes e estratos sociais historicamente excluídos da economia de mercado deem continuidade aos seus estudos. Contudo, o que se verifica é que a estreita relação existente entre as desigualdades sociais e as desigualdades escolares adquire novas formas de reprodução na atualidade, inclusive na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, notadamente com o incremento do sistema de informação e comunicação.

Ao situarmos a nossa análise na experiência do cotidiano de estudantes do IFNMG frente à pandemia da Covid-19, para além do mero recenseamento, torna-se possível detectar uma apropriação diferenciada do capital cultural. As desigualdades sociais, a escola acaba por acrescentar suas próprias desigualdades. Nesse sentido, a análise das desigualdades é indissociavelmente um problema de sociologia e um problema de filosofia política (Dubet, 1994). Isso porque elas não formam mais um sistema unitário, mas, primordialmente, constituem um conjunto de tensões e de problemas cada vez mais específicos, como se constata na pesquisa realizada pelo IFNMG (2020b), o que exige uma abordagem qualitativa dos dados auferidos.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, analisamos o relatório que trata sobre as condições e expectativas dos estudantes do IFNMG frente aos estudos remotos durante o período de distanciamento social, ocasionado pela pandemia da Covid-19; na segunda parte, procedemos teoricamente à problematização dos resultados do relatório, vinculando o conceito de capital cultural de Bourdieu ao problema empírico das desigualdades sociais detectado nos campi do IFNMG; na sequência, discorremos sobre os resultados alcançados; e, por fim, são apresentadas as nossas considerações finais.

A partir do que foi exposto, o nosso intuito é compreender como as características ligadas à origem social e aos fatores culturais da desigualdade revelam-se nas condições e expectativas dos estudantes em tempos de pandemia da Covid-19 e analisar até que ponto os efeitos dessas desigualdades ou da diferenciação social divide essa instituição de ensino a partir das assimetrias identificadas no contexto de ensino remoto aos estudantes da Educação Profissional.

Caracterização do Relatório Técnico

Participaram do levantamento realizado pelo IFNMG 7.203 discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais de todos os campi da instituição. O procedimento amostral utilizado foi não-probabilístico, com coleta de dados por acessibilidade e de forma indivi-

dual; os estudantes foram convidados a responder voluntariamente o levantamento, que ficou disponível entre os dias 28 de abril e 18 de maio de 2020, sendo acessado de forma online, através de *login* pelo Sistema Acadêmico do IFNMG – Cajuí. Ficou assegurado o caráter voluntário da participação e respeito às diretrizes éticas que regem a pesquisa com seres humanos. Em média, 13 minutos foram demandados para responder todas as questões solicitadas (IFNMG, 2020b).

Para a realização do levantamento, foram utilizados, segundo descrição do relatório técnico (IFNMG, 2020b), os seguintes instrumentos: 1. Escala de Reações Prospectivas à Educação a Distância (EaD): questionário que mensura as expectativas de estudantes dos cursos presenciais do IFNMG quanto às aulas em modalidade remota ou EaD no período de suspensão das aulas. É baseado em uma escala do tipo *Likert*¹ de 5 pontos contínuos (variando de 1 = Discordo Totalmente a 5 = Concordo Totalmente); 2. Questionário de Condições para o Uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: desenvolvido para verificar a efetividade das aulas de forma não presencial, a partir das expectativas de uso de tecnologias digitais; 3. Questionário de Habilidades com Aplicativos de Comunicação, Compartilhamento e Videoconferência: desenvolvido para verificar a proximidade do estudante a ferramentas que podem ser utilizadas em atividades remotas ou a distância, a partir das expectativas de uso de aplicativos; 4. Questionário Sociodemográfico: visou conhecer e caracterizar a amostra e contou com questões como: gênero, idade, localidade, campus, curso, participação em políticas sociais, suspeitas ou confirmações de casos de Covid-19, entre outros.

Os dados foram processados e analisados por meio de estatísticas descritivas de parametrização simples (frequência, média, desvio-padrão, variância, erro padrão e intervalo de confiança de 95%).

Quanto aos Resultados

Em relação à análise dos resultados, neste artigo, daremos foco ao resultado geral, ou seja, aquele que caracteriza a instituição como um todo. Somente apontaremos resultados por campus quando esses forem dignos de atenção, isto é, quando um fator de um campus em específico se diferenciar muito em relação aos outros campi.

Tabela 1 – Representatividade Amos

Unidade	Total de Discentes (Fonte: Cajuí)	Número de respondentes	Percentual	Margem de Erro Amostral
Almenara	783	498	63,6%	2,7%
Araçuaí	959	517	53,9%	2,9%
Arinos	975	734	75,3%	1,8%
Diamantina	352	339	96,3%	1,0%
Janaúba	279	277	99,3%	0,5%

Januária	2.233	1.440	64,5%	1,5%
Montes Claros	1.066	711	66,7%	2,1%
Pirapora	1.132	716	63,3%	2,2%
Porteirinha	200	187	93,5%	1,8%
Salinas	1.713	1.464	85,5%	1,0%
Teófilo Otoni	442	320	72,4%	2,9%
IFNMG	10.112	7.203	71,2%	0,6%

Fonte: IFNMG (2020b, p. 6).

A Tabela 1 apresenta a representatividade amostral do levantamento, apontando o total de estudantes matriculados nos cursos presenciais em cada um dos 11 campi do IFNMG, o número de respondentes, o percentual de estudantes respondentes em relação ao número total e a margem de erro amostral. O que se pode perceber tomando a Tabela 1 como referência é que os campi são heterogêneos no que diz respeito ao número de estudantes matriculados. Nota-se que este varia de 200 estudantes, campus com menor número de matrículas presenciais, a 2.233 estudantes matriculados no maior campus, o de Januária-MG.

Em relação ao número de respondentes, observa-se que os percentuais variam de 53,9% (campus com menor número de respondentes) a 99,3% (campus com maior número de respondentes). Os resultados percentuais do número de respondentes podem indicar que o levantamento de dados não chegou àqueles estudantes mais necessitados, seja pelas dificuldades oriundas da zona habitacional (rural) ou por não possuírem equipamentos digitais e internet, o que era essencial para que respondessem ao levantamento. Um fator que pode ser explicativo dos resultados é o de que os campi cuja maioria dos seus estudantes habita na zona urbana tiveram maior número de respondentes do que aqueles campi que atendem estudantes moradores da zona rural.

De acordo com o Sistema Acadêmico utilizado pela instituição – Cajuí –, o IFNMG possui 10.112 discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais. Desses, 28,8% não responderam ao levantamento realizado, o que demonstra uma margem de erro amostral de 0,6 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Quanto aos Descritivos Sociodemográficos Iniciais

Os descritivos sociodemográficos iniciais são imprescindíveis para a compreensão dos resultados do relatório técnico elaborado pelo IFNMG. Esses descritivos trazem o percentual de estudantes respondentes em cada campus e do IFNMG como um todo, o gênero (feminino, masculino ou outro); a idade; a zona habitacional (rural ou urbana); a categoria escolar (integrado, técnico, superior ou mestrado); a atividade remunerada (nenhuma, bolsista, estagiário, funcionário público, funcionário privado ou empresário); uma opção para que os respondentes trabalhadores apontassem se deram continuidade ao trabalho durante

a pandemia da Covid-19; se são beneficiários da política de assistência estudantil para os Institutos Federais; se existe a necessidade de atendimento psicológico; se procurou por atendimento psicológico; se foi contagiado pela Covid-19 e, finalmente, se algum familiar foi contagiado pela doença.

Os resultados apontam que 55,4% dos estudantes respondentes são do gênero feminino, 44,5% declararam ser do gênero masculino e 0,2% definiram-se como outro. A média de idade dos estudantes é de 19 anos, considerando a amplitude de 14 a 60 anos. Em relação ao local de moradia, 20,3% dos respondentes estão residindo na zona rural durante o período de distanciamento social, e 79,7% residem na zona urbana.

A maioria dos estudantes, 50,3% dos respondentes, está matriculada nos cursos superiores presenciais; seguida de 38,9% nos cursos integrados, 10,8% em cursos técnicos da modalidade concomitante/subsequente, e 0,02% cursam pós-graduação em nível de mestrado. Chama-se a atenção para o fato de que, quanto maior a escolaridade, maior o número de respondentes, o que nos faz considerar que os privilégios no sistema de ensino podem estar diretamente relacionados à capacidade que o indivíduo tem de verticalizar os seus estudos.

Quando perguntados se exercem alguma atividade remunerada, 84,3% dos respondentes declararam não possuir nenhum tipo de remuneração; os outros 15,7% exercem algum tipo de atividade em que são remunerados e dividem-se em bolsistas (2,2%), estagiários (2,0%), funcionários públicos (3,4%), funcionários privados (6,9%) e empresários (1,2%). Esses resultados demonstram que a grande maioria dos estudantes matriculados nos cursos presenciais no IFNMG apenas estuda. O relatório técnico a que tivemos acesso não aponta qual a categoria escolar dos estudantes trabalhadores, o que torna difícil entender se adolescentes em idade de cursar a Educação Básica, que é um direito público subjetivo no Brasil, também precisam conciliá-la às suas atividades laborais.

Se 84,3% dos estudantes do IFNMG dedicam-se somente aos estudos e têm idade média de 19 anos, estamos tratando de uma juventude que confere importância à Educação que recebe e busca melhores condições de existência através dos estudos. Pensar a juventude pressupõe considerar seus sonhos, seus projetos, suas expectativas. É também por isso que nos interessa tomar como objeto de reflexão, como tão bem aponta Carvalho (2020), questões relacionadas ao próprio sentido da experiência escolar para esses adolescentes e jovens no contexto da pandemia. Carvalho (2020) questiona quais seriam os recursos simbólicos que a escola pode oferecer a essa juventude que, de uma hora para outra, viu-se impelida a enfrentar uma situação que nem ela nem ninguém poderia vislumbrar. Como poderiam, então, as gerações mais velhas (e aqui incluímos os profissionais da Educação Profissional) tomar para si a responsabilidade de pensar a pandemia e convidar os mais jovens a fazê-lo com suas próprias experiências e expectativas? O sobredito autor nos aponta um caminho: “[...] nesse sentido, uma crise – uma cisão

entre as respostas que herdamos do passado e os problemas e questões que emergem no presente – pode representar um convite ao pensamento e à ação” (Carvalho, 2020, p. 4).

Ademais, para 11,8% dos estudantes trabalhadores, o período de distanciamento social na escola não veio acompanhado do distanciamento social no trabalho. Isso mostra que a busca pelas condições materiais de existência é ainda mais acentuada para esses indivíduos trabalhadores, mesmo em tempos de pandemia.

Quanto ao recebimento de assistência estudantil, apenas 22,9% dos estudantes respondentes são beneficiários dessa política pública governamental, o que pode demonstrar que as políticas educacionais que visam garantir a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições públicas federais não estão alargadas o suficiente para atender a todos que delas necessitam. A Política de Assistência Estudantil, segundo o Relatório de Gestão do IFNMG (2020a), consiste em um conjunto de ações estratégicas para ampliar as possibilidades dos estudantes em prol das condições de permanência no espaço educacional, bem como no êxito escolar/acadêmico. Soma-se às atividades citadas a execução do Programa da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, a exemplo do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), destinado aos discentes de cursos presenciais, com o pagamento de auxílios financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do PAAE é contribuir para que os beneficiários tenham condições de suprir necessidades básicas – como alimentação, transporte, aluguel, itens escolares, dentre outras – e, conseqüentemente, proporcionar melhores condições para a permanência com sucesso desses estudantes em sua jornada escolar/acadêmica.

Faz-se importante destacar que, no ano de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, o IFNMG abriu dois editais em caráter de excepcionalidade: um para selecionar alunos para recebimento de auxílio digital e tinha por finalidade ajudar financeiramente na contratação do serviço de internet para que o estudante pudesse acompanhar as atividades letivas nesse período de pandemia; e, outro, para seleção de discentes para empréstimo de *tablets* a serem utilizados para cursar as unidades curriculares que serão ofertadas por meio de ensino não presencial mediado pelas TDICs nos cursos presenciais do IFNMG. Cada campus da instituição utilizou os critérios de seleção que mais atendiam às condições contextuais de suas localidades no que diz respeito ao pagamento do auxílio digital.

Contudo, em relação aos estudantes beneficiados pelo empréstimo dos *tablets*, os critérios de seleção foram baseados conforme os resultados apontados neste relatório técnico que nos propusemos a interpretar. Foi considerado o barema proposto pelo *Comitê de Enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19 no âmbito do IFNMG*, que estipulou os critérios de classificação dos discentes contemplados, sendo diverso o quantitativo percentual de recebimento para cada campus do IFNMG. Em média, 30% do total de estudantes da instituição foram beneficiados com o empréstimo dos equipamentos.

Quando questionados sobre a necessidade de atendimento psicológico, 95,2% dos respondentes declararam não precisar desse apoio profissional e 97,7% responderam não ter procurado por esse tipo de atendimento durante a pandemia. Entretanto, três questões importantes precisam ser aqui discutidas. A primeira é que esse levantamento foi realizado entre os dias 28 de abril e 18 de maio de 2020, ou seja, pouco mais de um mês após o início da pandemia, o que nos leva a pensar que os efeitos psicológicos da pandemia sobre os estudantes ainda não estavam tão acentuados. Outro fator que merece destaque é o de que os estudantes foram convidados a responder voluntariamente ao instrumento, o que pode indicar que aqueles alunos em condições psicológicas mais vulneráveis não participaram desse levantamento. E, por fim, é preciso considerar os preconceitos e tabus a respeito da questão da saúde mental, o que pode ter levado muitos estudantes a preferirem não se expor nesse quesito.

Em relação ao descritivo *contágio pela Covid-19 pelos estudantes e pelos seus familiares*, apenas 1,4% dos respondentes declararam já ter contraído a doença e 4,5% dos seus familiares foram infectados. O levantamento aponta que existe relação entre estudantes com familiares com suspeita ou confirmação de Covid-19 e menor acesso à internet e capacidade técnica de uso das TDICs, mas não correlacionou, por exemplo, pessoas infectadas e renda ou pessoas infectadas e zona habitacional, o que poderia demonstrar que existe uma íntima relação entre todos esses fatores.

Quanto às Condições de Acesso, Habilidades e Capacidade Técnica com as TDICs, e Quanto às Habilidades com Aplicativos de Comunicação, Compartilhamento e Videoconferência

Um primeiro item avaliado em relação às condições de acesso, habilidades e capacidade técnica com as TDICs foi o tempo diário de que os estudantes dispõem para realizar suas atividades remotas. Em relação a esse item, 34,4% declararam não possuir disponibilidade de tempo ou ter somente até 2 horas por dia para cumprir com os compromissos escolares.

Um segundo item levantado relaciona-se às condições de acesso à internet dos estudantes, incluindo qualidade, estabilidade e velocidade da conexão. Aqui, pode-se perceber com clareza o alto número de estudantes do IFNMG que tem pouco, quase nenhum acesso ou que acessa a internet com dificuldade de conexão. Essa é a realidade de 33,7% dos estudantes matriculados nos cursos presenciais do IFNMG, com especial destaque aos campi Arinos e Januária, que apresentam os maiores índices nesse quesito. É interessante destacar que os dois campi têm vocação rural e possuem os maiores índices de estudantes que residem na zona rural. Além disso, estudantes que residem ou estão residindo na zona rural durante o período de distanciamento social demonstram, de acordo com o levantamento, maior dificuldade frente aos estudos a dis-

tância; menor acesso à internet e capacidade técnica de uso das TDICs e menor habilidade com *apps* de comunicação, compartilhamento e videoconferência. Quando perguntados se possuíam habilidade com plataformas digitais, o que é essencial para que a instituição ofereça educação remota, 21,1% dos respondentes indicaram não possuir ou possuir pouca habilidade com essas plataformas.

No outro extremo da questão, 16,2% dos estudantes matriculados no IFNMG em cursos presenciais possuem acesso ilimitado à internet com rápida conexão e 47,5% possuem habilidade substancial ou *expertise* no uso de plataformas digitais. Esses dados demonstram, como afirmam Bourdieu e Passeron (2018), que o fator geográfico e o fator social da desigualdade cultural jamais são independentes, porque as chances de residir na cidade aumentam à medida que se ascende na pirâmide social.

Quanto à posse de equipamentos digitais, 12,8% dos estudantes do IFNMG afirmaram não possuir *smartphone* ou *tablet*, ou possuem, mas não têm acesso à internet. A metade dos estudantes, 50,6%, possuem *smartphone* ou *tablet*, mas não têm acesso à internet no aparelho, somente quando estão em casa. Já 36,5% dos estudantes possuem *smartphone* ou *tablet* conectados à internet com memória disponível para aplicativos.

Mais uma vez pode-se perceber que a decisão pela oferta de educação remota no IFNMG, o que certamente pode ser estendido para a maioria dos Institutos Federais espalhados pelas cinco regiões do país, deve passar primeiramente pela garantia das condições materiais e psíquicas de todos os estudantes. No que concerne à Educação Profissional, esta pandemia de Covid-19 nos leva a refletir que *interiorizar*, como pressupõe a lei de criação dos Institutos Federais, exige um olhar sociológico para a questão das desigualdades, que são ainda mais aparentes à medida que se direciona ao interior do país.

Voltando às questões, quando perguntados sobre as condições para dar prosseguimento às aulas na modalidade EaD ou remota, 6,4% dos estudantes responderam não ter condições de cursar nenhuma disciplina; 17,1% declararam poder cursar apenas uma disciplina de cada vez; 30% mais de uma disciplina e quase metade dos estudantes afirmou ter condições de cursar todas as suas disciplinas. O relatório aponta que o *interesse em estudos remotos ou a distância* demonstrou a média mais alta entre os estudantes do IFNMG, indicando disposição na continuidade dos estudos por meio de TDICs.

A análise indica que as *dificuldades frente aos estudos a distância* e o *interesse em estudos remotos ou a distância* estão negativamente correlacionados. Isto é, quanto maiores as dificuldades com os estudos a distância, menor o interesse na continuidade dos estudos por meio de TDICs. O relatório também aponta que as *dificuldades frente aos estudos a distância* estão negativamente correlacionadas com o *acesso e capacidade técnica com as TDICs* e as *habilidades com apps de comunicação e compartilhamento e vídeo conferência*. Isso significa que não ter acesso

às TDICs e possuir baixa habilidade com aplicativos acentuam as dificuldades frente aos estudos a distância. Para essa questão, o contrário também é válido, ou seja, os resultados apontam que ter maior acesso às TDICs pode assegurar maiores habilidades com aplicativos.

A questão primordial que se apresenta neste estudo é que, especialmente quando se trata da oferta de Educação Básica, não basta que ela seja feita para a maioria dos estudantes – geralmente, para aqueles oriundos de estratos sociais mais altos, com maior capital cultural –, mas precisa ser oferecida a todos, visto que a Educação Básica é um direito previsto na Constituição brasileira.

Sendo assim, embora não aponte fatores específicos, o relatório do IFNMG confirma que há desmotivação entre a maioria dos estudantes quanto à realização de atividades produtivas em casa, durante o período de distanciamento social, que independe das dificuldades ou interesses frente aos estudos remotos. Mesmo que não seja possível estabelecer empiricamente uma vinculação direta com o fenômeno da desmotivação, é possível afirmar que as condições sociais, econômicas, morais e emocionais são determinantes na moldura dos comportamentos individuais, quando se trata da criação pelo sistema capitalista de indivíduos produtivos e competitivos em todas as esferas da vida. Sendo assim, nessa perspectiva de análise, o fracasso dos indivíduos de classes menos favorecidas – como é o caso de boa parte dos estudantes do IFNMG – pode ser entendido como culpa individual.

Quanto às Expectativas dos Alunos Sobre os Estudos Frente ao Período de Distanciamento Social

Em relação às expectativas dos estudantes matriculados nos cursos presenciais do IFNMG sobre os seus estudos frente ao período de distanciamento social, o instrumento elencou 20 itens relacionados à temática, nos quais os respondentes poderiam escolher entre as opções *não*, *talvez* e *sim*. Analisaremos aqueles que mais ilustram o que temos discutido neste artigo, ou seja, a questão das desigualdades e privilégios na Educação Profissional brasileira.

Para 51,4% dos respondentes haveria algum tipo de dificuldade para a realização dos seus estudos a distância. Se considerarmos a opção *talvez*, 73,7% dos estudantes do IFNMG acreditam encontrar dificuldades no ensino remoto. Somente um estudo mais detalhado que considerasse a renda dos estudantes poderia definir exatamente quem são os 27,3% de discentes que não encontram nenhum tipo de dificuldade frente a esse novo formato de educação. Contudo, o levantamento indica que estudantes beneficiários de Programas de Assistência ou Bolsas apresentam maiores dificuldades frente aos estudos a distância do que estudantes que não são beneficiários. Além disso, as análises também apontam que estudantes bolsistas ou os que se beneficiam da Assistência Estudantil apresentam menor acesso à internet e menor capacidade técnica de uso das TDICs do que estudantes não beneficiários.

Para 39,8% dos estudantes respondentes, o ambiente em casa não lhes permite concentração para as atividades mediadas por tecnologias. Isso demonstra que trocar o ambiente escolar pelo familiar pode ser algo inviável para parte considerável dos indivíduos que acessam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em contrapartida, com porcentagem muito próxima, 39,8% dos estudantes declararam ter todas as condições favoráveis à realização do ensino remoto. Aqui se vê a velha dicotomia que, historicamente, sempre separou os mais privilegiados dos de estratos mais baixos na Educação Profissional brasileira.

Outro fator importante é o número de estudantes que precisam desempenhar compromissos domésticos, impedindo-os de realizar quaisquer outras atividades. O levantamento mostrou que 11,9% dos estudantes do IFNMG encontram-se nessa situação. Se considerarmos a opção *talvez*, teremos 32,7% de respondentes que não estão totalmente disponíveis aos estudos remotos. É interessante aqui destacar que as mulheres são as principais envolvidas em dupla jornada de atividade profissional e estudos, especialmente em tempos de pandemia. Para Bourdieu e Passeron (2018), nessa distribuição desigual das chances escolares, conforme a origem social, rapazes e moças estão, grosso modo, em condições iguais. No entanto, a desvantagem das mulheres aparece mais claramente nas classes baixas. Todavia, o levantamento do IFNMG não especificou essa relação.

Nessa mesma direção, outra opção dizia respeito à diminuição das demandas profissionais dos estudantes trabalhadores no período de pandemia. Para 24,4% dos discentes que trabalham, nada mudou, ou seja, não houve diminuição das demandas profissionais. Se considerarmos a opção *talvez*, 54,6%, ou mais da metade dos respondentes, encontram dificuldades em conciliar trabalho e estudo, uma vez que fazem parte de um grande grupo da população brasileira que continua exercendo suas atividades laborais com a mesma intensidade que antes da pandemia. Mais uma vez, fica explícito o lugar daqueles que estão em situação permanente de precarização social.

Quanto à apreensão da análise dos resultados desse relatório técnico confeccionado pelo IFNMG, refletiremos sobre o percentual de estudantes que deram continuidade aos seus estudos durante este período de distanciamento social independentemente da oferta de educação remota. Apenas 28,8% dos estudantes têm uma rotina estabelecida de estudos que independem da oferta de aulas pela instituição. Se considerarmos as opções *não* e *talvez*, temos 71,2% dos estudantes que têm dificuldades de estabelecer uma rotina própria de estudos ou não conseguem fazer isso de nenhuma forma. Essa questão nos remete à ideia de Bourdieu e Passeron (2018) de que, para uns, a aprendizagem é uma conquista árdua, pela qual se paga caro; para outros, uma herança que compreende ao mesmo tempo a facilidade e as tentações da facilidade. Ainda, segundo os autores, se as vantagens e as desvantagens sociais pesam tão fortemente sobre as carreiras escolares e, geralmente, sobre toda a vida cultural, é porque, de forma percebida ou despercebi-

da, elas são sempre cumulativas e estão fortemente ligadas às posições semelhantes de seus familiares na hierarquia social. Dessa forma, compreender esses sujeitos estudantes matriculados nos cursos presenciais do IFNMG destaca o debate sobre o significado social de pessoas de camadas mais desfavorecidas. Ademais, questiona se as instituições de Educação Profissional no Brasil têm atuado no sentido de reproduzir as estruturas sociais, privilegiando determinados setores da população ou se, ao contrário, têm atuado no sentido de, pelo menos, atenuá-las.

Para Veiga-Neto (2020), entender como funcionam as pandemias é caleidoscópico, o que pressupõe compreender a natureza multifatorial dos fenômenos que nelas incidem: naturais, sociais e culturais. Para ele, essa articulação não se dá apenas como uma somatória simples desse fenômeno, mas, sim, com interações que ora são sinérgicas, ora antagônicas. Assim, a complexidade da pandemia, pela sua multifatorialidade, coloca-se muito além das evidências imediatas e concretas da realidade. Tempo, espaço, ângulos, teorias e posição do observador mudam a todo tempo e resistem a qualquer simplificação reducionista.

Mesmo sabedores da complexidade que advém em pensar as consequências da pandemia para a Educação Profissional brasileira, arriscamo-nos a apontar em direção ao futuro, baseados nas ideias de Marcos (2020) de que a nossa autonomia deve estar orientada para o cuidado com o outro e para a mitigação da vulnerabilidade humana. Tudo isso, segundo o autor, configura de forma intensa e viva uma ética de si e do cuidado mútuo e nos ensina que todos dependemos de todos. Trata-se de uma postura obrigatória para qualquer pessoa antes, durante e, especialmente, depois dessa e de qualquer outra pandemia.

O Conceito de Capital Cultural de Bourdieu em Sistemas Educacionais

Para Bourdieu e Passeron (2018), nossos sistemas educacionais, da Educação Básica ao Ensino Superior, permanecem marcados pelas desigualdades de acesso, de permanência, de rendimento escolar, e que é a construção de uma escola justa – para todos e de qualidade – que está em jogo. Não se pode mais permitir que a escola, que para a maioria dos povos ainda é a única via de acesso à cultura, seja apenas umas das *flores do mal* do novo milênio.

A origem social dos estudantes figura, para Bourdieu e Passeron (2018), como o fator de diferenciação de maior relevância, mais que o sexo, a idade, a afiliação religiosa; ou seja, são os fatores culturais mais que os fatores econômicos que determinam as escolhas, o prolongamento da escolarização, o sucesso escolar. É nesse sentido que, para os autores, as condições sociais se tornam fundamentais, possibilitando baixo ou alto capital cultural na formação de indivíduos que vivem num processo de luta constante por recursos escassos.

Segundo Valle (2018), aparecendo como uma das principais engrenagens da estratificação e da diferenciação social – e socioprofissio-

nal – e participando da fabricação do fracasso escolar, a escola atua na reprodução das estruturas sociais por meio da produção de estruturas mentais que lhes são correspondentes, fazendo perdurar uma lógica de castas sob uma fachada de racionalidade meritocrática. Santos, Sato e Klitzke (2014) ressaltam que o mundo social burguês de caráter individualista é composto de instituições, dentre elas a escola, que perpetuam e legitimam as promessas da modernidade. É, portanto, ao caráter de classe da cultura escolar que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron atribuem grande parte do poder simbólico que exercem os privilégios econômicos, sociais, políticos e culturais nas sociedades modernas.

Proceder à análise das práticas sociais dos indivíduos tendo a teoria bourdieusiana do capital cultural como inspiração, possibilita-nos compreender e tomar os indivíduos como eles são, oferecendo-lhes os instrumentos necessários para os apreender como necessários, por deles necessitar, relacionando-os metodicamente às causas e às razões que eles têm de ser como são. De acordo com Bourdieu e Passeron (2014), a busca pela compreensão das condições sociais de existência desses agentes nos permite compreender as formações sociais determinadas, as relações de força entre os grupos ou classes constitutivas dessa formação social que colocam em posição dominante, no sistema de arbitrários culturais, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes. Compreender esses indivíduos significa ir na contramão da ideia, nas palavras de Bourdieu e Passeron (2014), da ilusão ingênua do *sempre-assim*, bem como nos usos substancialistas da noção de inconsciente cultural, o que pode conduzir a eternizar e, com isso, naturalizar, as relações significantes que são o produto da história.

Para entender o que se passa em lugares como estabelecimentos de ensino, é preciso, segundo Bourdieu (1997), aproximar indivíduos que estão separados, condicionando-os a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem; não basta dar razão a cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los, como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas.

Sendo assim, o que se pretendeu, neste artigo, tomando Bourdieu e Passeron como inspiração, foi compreender as práticas sociais dos agentes em questão em tempos de pandemia de Covid-19, coabitando-os, confrontando-os e elucidando-os, se possível. Esses autores dedicaram parte de suas vidas acadêmicas a edificar uma sociologia das práticas culturais no campo da Educação. Retomá-los nesta pesquisa nos permitiu analisar os grandes problemas advindos desta pandemia para o campo da Educação Profissional.

Ao mobilizar conceitos como o de capital cultural e categorias como *desigualdades*, relacionando-os sobretudo à situação de estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

ca, o que se percebe é que as constatações de ambos os autores em *Os herdeiros: os estudantes e a cultura* não perderam seu vigor. Para Valle (2018), os nossos sistemas educacionais, da Educação Básica ao Ensino Superior, permanecem marcados pelas desigualdades de acesso, de permanência, de rendimento escolar, o que significa que o destino escolar das nossas crianças e jovens se define desde a mais tenra idade, estando sujeito à rede frequentada (pública ou particular), ao local de moradia (rural, cidade, centro, periferia), ao engajamento político e pedagógico de administradores e de profissionais da Educação, às expectativas das famílias em relação ao saber e à formação.

Neste sentido, analisar uma instituição pública de ensino é ainda mais imperioso, pois é ela que os filhos da classe trabalhadora têm condições de acessar. Contudo, não basta a oportunidade de acesso, é preciso também que esses jovens tenham condições de permanecer e concluir os seus estudos. Daí a importância de compreender as condições e expectativas dos estudantes frente aos estudos remotos durante este período de isolamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19. Problematizar essas questões levantadas no relatório técnico pode contribuir, ainda amparados nas ideias de Valle (2018), para colocar em xeque os mecanismos de reprodução social abrigados sob o véu da neutralidade, da meritocracia e da democratização da educação.

Resultados Alcançados

O fenômeno das desigualdades é estrutural e historicamente contingente. No entanto, a especificidade da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus, na maior parte do ano de 2020, deu visibilidade social a cenários dos mais complexos e multifacetados do mundo moderno. A pandemia incidiu decisivamente no local, nas ruas, nas habitações, no cotidiano dos indivíduos. Mas as atividades escolares se tornaram um dos símbolos emblemáticos da premente necessidade de distanciamento social. Instituições educacionais, com seus cursos regulares até então presenciais, de um momento para outro, tiveram que adotar a prática do ensino remoto, surpreendendo discentes, docentes, famílias e gestores.

Nesse contexto dramático, as instituições educacionais acabam por ser instâncias catalisadoras da reprodução de desigualdades sociais, cada vez mais multiplicadas (Dubet, 2003). Além disso, é sabido que as desigualdades levam à perda da autoestima e à consciência infeliz – o que pode ser compreendido como um dos sintomas da desmotivação dos estudantes durante essa pandemia da Covid-19. Isso se torna perfeitamente possível nas escolas que sofrem com a falta de investimentos nas políticas de acesso, permanência e formação intelectual de seus estudantes; numa escola com inúmeras fragilidades relacionadas ao acesso às tecnologias educacionais para todos; numa escola que, de acordo com Bourdieu e Passeron (2014), produz ilusões cujos efeitos estão longe de ser ilusórios; enfim, numa Educação Profissional que ampara sujeitos que se diferenciam pelos seus capitais culturais e que, de

forma velada, contribui para a reprodução da ordem estabelecida. Nada disso é novo, mas, em 2020, adquiriu novo relevo social, evidenciado pela pandemia.

Foi no sentido de tentar compreender como as características ligadas à origem social e aos fatores culturais da desigualdade revelam-se nas condições e expectativas dos estudantes da Educação Profissional brasileira em tempos de pandemia que dirigimos o nosso olhar. Refletir sobre os efeitos das desigualdades ou da diferenciação social é imprescindível para perceber privilégios onde muitos percebem apenas oportunidades, acesso e universalização.

Ao analisar o relatório técnico elaborado pelo IFNMG que trata das condições e expectativas dos estudantes de cursos presenciais frente aos estudos remotos ou a distância neste contexto de pandemia, partimos de algo concreto, ou seja, um compilado de informações importantes que nos deram um panorama, mesmo que limitado, de como se encontram os principais envolvidos e, em muitos casos, vítimas desse processo: os estudantes de estratos vulneráveis socialmente.

Ao afirmarmos que esta crise não atinge a todos os estudantes matriculados nesta instituição de Educação Profissional da mesma forma, sumariamente queremos afirmar que os 28,8% de estudantes que não responderam o levantamento realizado pelo IFNMG podem ser justamente aqueles oriundos de estratos sociais mais vulneráveis, aqueles estudantes moradores da zona rural ou da periferia urbana, sem acesso à internet; trabalhadores que saem todos os dias de suas casas em busca de suas condições materiais de existência; quem sabe sejam mulheres e mães que precisam enfrentar duplas jornadas.

Mesmo que a maioria dos estudantes do IFNMG demonstre interesse em dar continuidade aos seus estudos remotamente ou a distância por meio de TDICs, é imperioso que sejam consideradas as condições de acesso à internet e às TDICs, bem como as conjunturas socioeconômicas, necessidades, dificuldades, (des)motivação e influência do ambiente domiciliar que se mostram determinantes para a continuidade e efetividade dos estudos desses indivíduos.

Considerações Finais

Ao proceder à análise do sistema de ensino como instituição relativamente autônoma, corre-se o risco de colaborar para a reprodução da cultura dominante e, por sua vez, tendo Bourdieu e Passeron (2018) como inspiração, essa reprodução cultural pode reforçar, como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade. Nesse sentido, o primeiro passo para romper com a reprodução das desigualdades que se dão, sobretudo, no ambiente escolar, é reconhecer a escola como reprodutora da ordem estabelecida, pois, em suas atividades de educação, constrói também mecanismos mascaradores das relações de dominação.

Bourdieu e Passeron (2014) defendem que a seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é sociologicamente necessária na medida em que essa cultura deve sua existência às condições sociais da qual ela é o produto, e sua inteligibilidade, à coerência e às funções da estrutura das relações significantes que a constituem. Foi exatamente isso que nos propusemos a fazer: selecionar significados definidores da cultura dos estudantes do IFNMG, correlacionando-os para, a partir daí, compreender as estruturas estruturantes estruturadas que constituem essas significações.

O que nos parece claro é que, apesar das boas intenções declaradas nos discursos das instituições e dos agentes públicos investidos de autoridade estatal, a forma como as escolas têm enfrentado essa pandemia revela as profundas desigualdades que marcam o acesso à educação como direito público subjetivo. As condições de existência não são dadas da mesma maneira a todos os indivíduos. Por isso, a adoção de modalidades e estratégias de ensino remoto pode revelar privilégios de classe e pode, ainda, não se configurar como uma estratégia acertada para a Educação Profissional brasileira.

O grande desafio para a Educação Profissional brasileira, especialmente para os Institutos Federais, será pensar sobre qual é o papel da escola na vida comunitária e como as instituições públicas de ensino podem atuar no enfrentamento das desigualdades de todas as ordens. Se a pandemia nos impôs um *novo normal*, o que se espera é que o nosso retorno, seja presencial ou virtualmente, se dê com base em outros paradigmas.

Recebido em 23 de novembro de 2020

Aprovado em 21 de setembro de 2021

Nota

1 A escala Likert é uma escala de categoria utilizada para identificar o posicionamento dos entrevistados – suas atitudes e opiniões – de forma mais precisa, pois as opções de respostas vão além do simples *sim ou não*.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. São Paulo: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
- CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Um Sentido para a Experiência Escolar em Tempos de Pandemia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.
- DUBET, François. **Sociologie de l'Expérience**. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas**. Ijuí: Unijuí, 2003.

IFNMG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais. Diretoria Executiva. **Relatório de gestão exercício 2019**. Montes Claros, 2020a.

IFNMG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório técnico sobre as condições e expectativas dos discentes do IFNMG frente aos estudos remotos ou a distância durante o período de distanciamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19**. Montes Claros, 2020b.

MARCOS, Alfredo. Com Covid y Sin Covid: la vulnerabilidad humana. **Educación & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Vitória, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

SANTOS, Tiago Ribeiro; SATO, Silvana Rodrigues de Souza; KLITZKE, Melina Kerber. Resenha do Livro os Herdeiros: os estudantes e a cultura. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 341-348, jul./dez. 2014.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco Apela ao Planejamento Antecipado Contra o Aumento das Desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, abr. 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>>. Acesso em: 4 out. 2020.

VALLE, Ione Ribeiro. Por Que Ler os Herdeiros Meio Século Depois? In: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. 2. ed. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. P. 9-12.

VEIGA-NETO, Alfredo. Mais uma Lição: sindemia covídica e educação. **Educación & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n.4, 2020.

Hellen Vivian Moreira dos Anjos é professora de Didática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais e doutoranda em Desenvolvimento Social na Unimontes.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3070-6210>

E-mail: hellen.anjos@ifnmg.edu.br

Antônio Dimas Cardoso é professor e orientador no Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5904-716X>

E-mail: antonio.dimas@unimontes.br

Editora-responsável: Carla Vasques

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos de uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>>.